

PATRIARCADO, CAPITALISMO E RACISMO: a base das opressões contra mulheres.

Rafaela Araujo da Luz Miranda¹
Maria Santana dos Santos Pinheiro Teixeira²

Resumo: Este ensaio discorre sobre a relevância dos estudos de gênero e o imbricamento entre raça e classe nas violências sofridas por mulheres em seus múltiplos espaços sociais. O objetivo é refletir sobre a relação existente entre opressão de classe, gênero e raça. A metodologia utilizada é a revisão de literatura e pesquisa documental com orientação crítica da realidade. A análise mostra que o patriarcado e o racismo é decorrente de um sistema estrutural e estruturante que se apropria de processos socioculturais para legitimar as opressões e dominação contra mulheres negras.

Palavras - Chave: Violências; Mulher; raça.

Abstract: This essay discusses the relevance of gender studies and the overlap between race and class in the violence suffered by women in their multiple social spaces. The objective is to reflect on the relationship between class, gender and race oppression. The methodology used is literature review and documentary research with a critical orientation to reality. The analysis shows that patriarchy and racism are the result of a structural and structuring system that appropriates sociocultural processes to legitimize oppression and domination against black women.

Keywords: Violence; Woman; race.

¹Mestranda do Programa de Pós Graduação em Serviço Social/ UFPA. Email: rafaelaluz91@gmail.com

² Mestranda do Programa de Pós Graduação em Serviço Social/ UFPA. Email: m.stana@hotmail.com

I. INTRODUÇÃO

O referido artigo tem por objetivo refletir a partir de dispositivo teórico-metodológico sobre a relação existente entre as opressões de classe, gênero e raça, categorias indispensáveis para pensar o papel da mulher na sociedade. A ramificação entre o público e privado, enquanto parte de uma construção histórica é fator determinante para analisar a divisão sexual e racial do trabalho, que se caracteriza por manter homens dedicados ao trabalho produtivo e nos centros de poder e mulheres ao trabalho reprodutivo destinando a elas um papel secundário na sociedade, refletindo na intensificação da relação de opressão e dominação entre gênero, raça e classe.

Vale ressaltar, que a força de trabalho feminino no setor produtivo, esteve presente em outras sociedades, no entanto foi no modo de produção capitalista, que a mulher passou a ser modelada enquanto propriedade privada para o homem/marido/pai. A inserção de Indústrias condicionava a permissão, assim como o recebimento do trabalho dessas mulheres aos “homens da casa”. Nessa época as mulheres já tinham a sobrecarga ao conciliar o trabalho produtivo e o trabalho reprodutivo.

Posto isso, infere-se que a relação de trabalho, interposta no modo de produção capitalista reverbera na degradação do ser humano, tendo como perspectiva central a acumulação de riqueza, trazendo consequências como: concorrência, desemprego, adoecimento físico e mental. No caso da mulher, além das expressões relacionadas, tem-se o assédio, controle e tarefas que a desqualifica, reverberando no pagamento de salários baixos, demissões e a não contratação de sua força de trabalho.

A metodologia utilizada é a revisão de literatura e pesquisa documental com orientação crítica da realidade. O método aplicado para análise dessa realidade converge com a leitura crítica, por entender que a sociedade é dinâmica, marcada por historicidade, por um regime patriarcal, racista e classista. A coleta de dados se deu pela revisão de literatura e pesquisas documental, além da vivência das autoras enquanto mulheres inseridas nesta sociedade permeada por aspectos estruturais tal como o sistema patriarcal e o racismo.

Dessa maneira, o artigo está dividido em seções: Introdução, a segunda seção discorre sobre a contextualização do trabalho caracterizada pelo contexto histórico das relações de trabalho e suas complexidades no modo de produção capitalista, a terceira

seção disserta sobre as múltiplas violências contra mulheres na perspectiva de gênero e raça, finalizando com as considerações finais e referências bibliográficas.

II. CONTEXTO HISTÓRICO DAS OPRESSÕES CONTRA MULHERES: um debate a partir das prerrogativa do modo de produção capitalista.

Considendo que toda ação humana está ligada ao trabalho, o indivíduo, como ser social, busca desenvolver suas habilidades, uma vez que “o processo de trabalho, como o apresentamos em seus elementos simples e abstratos, é atividade orientada a um fim para produzir valores de uso, apropriação do natural para satisfazer as necessidades humanas” (MARX, 1985, p. 153). É importante salientar que essa perspectiva trata-se do trabalho de ontológico ao homem.

Confome os pressupostos do materialismo histórico e dialético, as relações interpostas no trabalho é complexificada no modo de produção capitalista, nesse modo de produção, as relações laborais necessariamente são baseadas para atender os interesses do capital. A busca incessante pelo lucro, reverbera na desvalorização do ser humano, que segundo Marx (1985) ao vender sua força de trabalho, o trabalhador transforma-se em uma mercadoria.

A vista disso, o/a trabalhador/a se torna alheio aos meios de produção, e também se distancia do ser social, uma vez que o trabalho, forçado, explorado e compulsório não permite o exercício de sua criatividade e potencialidades. Dessa forma, o/a trabalhador/a é coisificado, e a partir deste momento histórico as relações são direcionadas pelo valor de troca, já que o/a trabalhador/a precisa sair de uma relação de subsistência, e começa a atender os interesses de seu/a empregador/a.

O cenário histórico das relações de trabalho mostra que a partir da década de 70 com o desencadeamento da reestruturação do sistema produtivo, as formas de acumulação começaram a vigorar aos moldes da organização taylorista-fordista, predominando a padronização, controle e eficiência do trabalho, transformando-se em ideologia predominante para as demais organizações sociais. ocasionando um recuo nas Políticas Públicas. Para Antunes (2009, p.38)

De maneira sintética, podemos indicar que o binômio taylorismo/fordismo, expressão dominante do sistema produtivo e de seu respectivo processo de trabalho, que vigorou na grande indústria, ao longo praticamente de todo o século XX, sobretudo a partir da segunda década, baseava-se na produção em massa de mercadorias, que se estruturava a partir de uma produção mais homogeneizada e enormemente verticalizada.

No entanto, com a crise produtiva no século XXI houve a necessidade de superar o modelo fordista, surgindo então, o modelo flexível também chamado de toyotismo, onde essa nova estratégia de acumulação capitalista desencadeou novas formas de

organização e gestão de trabalho, sendo a flexibilização, a base para a redução dos custos de trabalho e reversão da queda nas taxas de lucro do capital. Ocasionalmente, dessa forma profundas e regressivas modificações nos contratos de trabalho (temporários, em tempo parcial, terceirizados, entre outros), bem como maior rotatividade de trabalhadores, precarização do emprego e intensificação do trabalho.

Para Netto (1992), o capitalismo monopolista coloca em patamar mais alto as desigualdades entre classes, afetando sobremaneira a classe que vive do trabalho. A crise do capital empurrou o setor produtivo para a mundialização e financeirização, ocasionando o avanço tecnológico e concentração do poder e do capital para a classe que detém os meios de produção. Reverberando para a classe trabalhadora relações de trabalho desprotegida por leis trabalhistas, aviltando as condições objetivas e subjetivas do/a trabalhador/a, acentuando as expressões da questão social tais como: desemprego, pobreza, insegurança, habitação inadequada, violências e etc.

Com isso, o Estado orientado pela lógica neoliberalista, assume uma postura de regulador, com intervenções orientadas pelo mínimo para a classe trabalhadora e o máximo para o capital. E nessa atual conjuntura, que reproduz consequências degradantes a classe trabalhadora, tem a inserção da mulher no trabalho produtivo e as relações estabelecidas, ao qual a maioria é exposta ao machismo e o racismo. Segundo Saffioti, o imbricamento entre classe, raça e gênero, deve ser analisado como nó, uma vez que:

No nó, elas passam a apresentar uma dinâmica especial, própria do nó. Ou seja, a dinâmica de cada uma condiciona-se à nova realidade. De acordo com as circunstâncias históricas, cada uma das contradições integrantes do nó adquire relevos distintos. E esta motilidade é importante reter, a fim de não se tomar nada como fixo, aí incluída a organização social destas subestruturas na estrutura global, ou seja, destas contradições no seio da nova realidade novo patriarcado-racismo-capitalismo historicamente constituída (SAFFIOTI, 2004, p.125).

Diante o exposto, vale ressaltar que os tensionamentos na força produtiva se tornam ainda mais complexa, com a inserção da força de trabalho da mulher negra considerando, o histórico de inferioridade que o gênero e a raça possuem nas relações sociais. A sua configuração é permeada pela violência estrutural, já que é camuflada por sua “conformidade às regras; é naturalizada por sua presença permanente na tessitura das relações sociais; é invisibilizada porque, ao contrário da violência aberta, não aparece como uma ruptura da normalidade” (MIGUEL, 2015, p. 33).

Certamente o machismo e o racismo não surgiram no sistema capitalista, no entanto são legitimados por esse modo de produção. O histórico das mulheres negras, carrega um percurso de subordinação, opressão e dominação. As mulheres, no decorrer da humanização foram limitadas ao trabalho doméstico e apesar de atualmente observar

a inserção desta força de trabalho no ambiente laboral, ela só é possível por meio das lutas feministas, e ainda assim não sem violências. Já que:

A identidade da mulher como trabalhadora, portanto, vai estar sempre associada a seu papel de reprodutora. Essa imagem básica, originária da mulher família, mãe, dona de casa vai estar sempre na frente. O trabalho, por exemplo, é tratado no masculino e o trabalho produtivo é feito pelos trabalhadores. É ao homem que se associa a imagem de trabalhador de provedor da família. Essa imagem da mulher vai trazer limitações a uma adequada colocação no mundo do trabalho (CARLOTO, 2008, p. 4).

São múltiplas as formas de violências que mulheres negras sofrem nos diversos espaços sociais, perpassando por aspectos ideológicos, arraizados pelo sistema patriarcal e racista, conforme aponta a autora:

A manutenção dos referidos preconceitos interessa àqueles que pagam salários irrisórios a negros e mulheres (o salário é ainda menos quando se trata de mulher negra), que os submetem a condições desumanas de trabalho, que se negam a assinar a carteira de trabalho de seus empregados negros e empregadas [...]. Não é por acaso que tais preconceitos são nutridos, alimentados, cotidianamente pelos poderosos (SAFFIOTI, 1987, p. 30).

Conforme o exposto infere-se que ainda que as conquistas das mulheres sejam visíveis a nível social, político e econômico, o patriarcado e o racismo são estruturas latente, e sendo algo estabelecido e reforçado pelo neoconservadorismo, ao qual defende o moralismo, enquanto ideologia, e os papéis determinados as mulheres. Estas, quando acessam os espaços de poder e de produção, geralmente serão ocupados de forma precarizadas, subordinados a homens e expostas a múltiplas violências cotidianas.

III. PATRIARCADO, CLASSE E RAÇA: uma análise a partir das determinações das violências que atingem mulheres negras:

O marco histórico analisado para entender a questão da superioridade de uma raça sob outra e a relação de gênero no Brasil, leva em conta a sua colonização, marco importante para compreender em sua totalidade as estruturas postas, naturalizada e perpetuada nas relações de opressão entre classe, gênero e raça, na contemporaneidade.

Em convergência com a afirmação anterior, a partir de pesquisa documental disponibilizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2022) observamos que cerca de 60% da população se declararam pardos e pretos, deste recorte sinaliza-se que as mulheres pretas ou pardas equivale (46,8%) e os homens pretos ou pardos (46,6%). Referente ao mercado de trabalho salienta-se que o quadro se configura da seguinte forma: a taxa de desocupação no primeiro trimestre deste ano foi maior entre as mulheres, pretas e pardas. Segundo a pesquisa, a taxa de desemprego entre as mulheres ficou em

10,8%, enquanto os homens o índice foi de 7,2%. A taxa das mulheres é 50% maior do que a dos homens.

Em relação a população ocupada, temos os seguintes dados: Mulheres negras (-11,5%) homens brancos e amarelos (-1,3%), homens negros (-6,6) e mulheres brancas/amarelas (-7,0%). Nesses dados pudemos observar que a quantidade de mulheres negras ocupadas caiu 11,5% entre o primeiro trimestre de 2020 e 2021, sendo a maior queda entre os quatro grupos.

Esse aumento contribuiu para que a taxa de desemprego atingisse 22,1% no 1º trimestre de 2021. Já no 1º trimestre de 2022 todos os grupos voltaram a atingir os níveis do 1º trimestre de 2020, com as mulheres negras apresentando o menor crescimento no período (1,6%).

A taxa de informalidade entre as mulheres negras ocupadas também tem sido elevada. No 1º trimestre de 2022 43,3% das mulheres negras ocupadas estavam em postos de trabalho informais, taxa superior à média nacional (40,1%), dos homens brancos/amarelos (34,8%) das mulheres brancas e amarelas (32,7%). Por outro lado, ficou abaixo da taxa entre homens negros (46,6%). Em convergência com os dados, Angela Davis, pontua que:

Com frequência, racismo e sexismo convergem e a condição das mulheres brancas trabalhadoras não raro é associada à situação opressiva das mulheres de minorias étnicas. Por isso, os salários pagos às trabalhadoras domésticas brancas sempre foram fixados pelo critério racista usado para calcular a remuneração das serviçais negras (DAVIS, 2016 p. 102).

No que se refere ao quantitativo de violência sofrida por mulheres, segundo a quarta edição da pesquisa “Visível e invisível” sobre a vitimização de mulheres ocorrida em 2022, os dados apontam que em comparação com anos anteriores, todas as formas de violência contra a mulher apresentaram crescimento. Em 2022 temos um registro de 50.962 mulheres que sofreram violência por dia. Concernente ao recorte de raça, a pesquisa aponta que a prevalência relatada é superior entre mulheres pretas (48%) principalmente aquelas com ensino fundamental (49%), com filhos (44,4%), divorciadas (65,3%), atingindo o ápice na faixa etária de 25 a 34 anos (48,9%). Dentre as mulheres que afirmaram sofrer violência no ano de 2021, 65,6% eram negras, 29% brancas, 2,3% amarelas e 3% indígenas. Quanto à prevalência, mulheres negras experimentaram níveis mais elevados de violência (29,9%) do que as brancas (26,3%).

Vale ressaltar, que dentre as várias violências sofridas por mulheres nos múltiplos espaços sociais, se tem o assédio moral, sexual, intimidações, humilhações, que a todo momento modela, padroniza e objetifica mulheres. A partir de dispositivo teórico e documental, são diversos os danos e consequências que essas violências podem trazer as mulheres. E apesar dos números de denúncias de mulheres em situação

de violências serem preocupantes, a legislação brasileira tem dificuldade ou ignora a importância de combatê-lo.

Posto isso, Kergoat (2009) sinaliza que homens e mulheres são resultado de uma construção social, enquanto sujeitos inseridos em uma sociabilidade, e por esse motivo não podem ser limitados a diferenças biológicas. Nessa relação social foi construída a repartição das funções revertidas por uma visão binária, onde determinou a divisão do trabalho produtivo e reprodutivo, ambos os trabalhos são explorados pelo modo de produção capitalista, no entanto as mulheres são oprimidas e ainda desempenham multitarefas na divisão sexual do trabalho.

Segundo Hirata (2002), ainda que homens e mulheres façam parte da mesma estrutura na divisão de classe e participe ou desempenhe a mesma categoria, ambos vivenciam uma realidade completamente diferente. Ou seja, é colocada em qualquer circunstância a “incapacidade civil da mulher casada, a ampliação das oportunidades de educação feminina idêntica à masculina, a expansão das possibilidades efetivas de emprego da força de trabalho da mulher, a proteção à maternidade e à infância” (SAFFIOTI, 2013, p. 189). Além da desigualdade de gênero, no trabalho produtivo, salienta-se que há também:

No interior da classe trabalhadora, há níveis diferentes de exploração da mão de obra, segundo o pertencimento étnico-racial, ou seja, quanto mais escura a cor da pele, mais as ofertas de trabalho serão precarizadas e desprotegidas, e as remunerações não permitem a manutenção de patamares mínimos de existência. As funções mais precarizadas, que se assemelham às aquelas desenvolvidas durante a escravidão, são “naturalmente” reservadas para esse grupo, uma vez que permanece a reprodução da “inferioridade” étnico-racial da população negra. Em relação ao trabalho doméstico, não é por acaso que este é desenvolvido majoritariamente por mulheres negras, pois exige baixa escolaridade, pouca qualificação técnica e alta capacidade de resistência, quer do ponto de vista da força física, quer da condição de subalternidade, em um cenário de “afetividade” entre patrões e empregadas (EURICO, 2018, p. 523).

Segundo Marcia Eurico (2020), as desigualdades sociais no interior do sistema produtivo, faz parte de um projeto societário que legitima uma hierarquia determinando a divisão social e sexual do trabalho, onde mulheres negras ficam fora ou são destinadas a elas os trabalhos mais precarizados. Dessa forma, é de suma importância que o debate étnico racial esteja em voga e dentro das discussões das políticas públicas, uma vez que as desigualdades sociais, só terminam com o fim da propriedade privada.

A esse respeito não tem como analisar a questão étnico racial e não fazer uma leitura de totalidade e como as relações sociais no Brasil foi construídas. Uma vez que o escravismo colonial “se constituiu como mediação fundamental para o processo de acumulação e desenvolvimento capitalista, e que o racismo continua sendo uma engrenagem necessária para garantir a superexploração do capital sobre os corpos

racializado” (TALES, 2020, p.86).

Sobre o assunto, Almeida, M. D. S. (2017) pondera que o modo de produção capitalista, tem perpetuado um verdadeiro genocídio da população negra, por meio das superlotações dos sistemas penais, a naturalização das múltiplas violências sofrida pelas mulheres negras, heterossexuais, lésbicas, transexuais, enquanto aspecto estruturante de um sistema patriarcal e racista, atos completamente naturalizados e legitimado pelo Estado.

A raça é um conceito construído pela burguesia para desenhar, no campo das ideias, construções que falseiam a realidade, pois o racismo e seus derivados não apresentam nenhuma validade científica. Com esse sistema de supremacia racial um ideal de branqueamento ganha centralidade e que carrega em seu bojo representações negativas sobre a população negra. Animalização, bestialização e irracionalidade são alguns dos estereótipos evocados para caracterizar a inferioridade da população negra. A branquitude, por seu turno, servirá de parâmetro distintivo universal (ALMEIDA, M. D. S., 2017, p. 37).

A discriminação histórica cria uma estratificação social que “se reverte em inúmeras desvantagens políticas e econômicas aos grupos minoritários, vivenciadas na forma de pobreza, salários mais baixos, menor acesso aos sistemas de saúde e educação, maiores chances de encarceramento e morte”. Almeida, S. (2020). No interior dessa configuração que se apresentam, as mulheres são mais atingidas em seus múltiplos papéis sociais, inclusive no âmbito produtivo e reprodutivo, principalmente em países que tem a herança da colonização como é o caso do Brasil.

A entrada das mulheres no setor produtivo apresentou muita resistência entre os/as trabalhadores/as que na época do Fordismo/Taylorismo, e tinham muita dificuldade de ingressar no trabalho formal, no entanto, salienta que sua força de trabalho foi aproveitada no modelo flexível, de forma precarizadas e em setores de menos prestígios. Atualmente, identifica-se mudanças quanto a relação de gênero no mercado de trabalho, ao contrário do “perfil da trabalhadora até a década de 1970, que era de mulheres solteiras e sem filhos, as mulheres das últimas décadas do século XX têm permanecido no mercado de trabalho mesmo quando estão mais velhas, casam e têm filhos” (DANIEL, 2011, p.132).

A autora sinaliza que além da mulher carregar o status de cuidadora, no contexto atual, algumas mulheres são também a provedora do lar. No entanto, tal configuração, não a isenta de acumular trabalho produtivo e reprodutivo e sofrer violências em decorrência de gênero, ou seja, “o mercado de trabalho e as profissões são recortados por uma série de antagonismos e contradições que refutam qualquer possibilidade de neutralidade na sua gestão e organização do trabalho” (DANIEL, 2011, p.344).

O controle, a opressão e dominação sob o corpo das mulheres, advinda de uma estrutura patriarcal e racista, coloca a mulher para satisfação do homem, em aspecto sexual, reprodutora de herdeiro e de força de trabalho. “Em síntese, podemos dizer que o

patriarcado tem sua consolidação histórica associada à emergência e produção da propriedade privada, bem como da garantia do seu controle e sua perpetuação” (CISNE, 2013, p.124).

Em consonância com o pensamento da autora anterior, Ferreira, considera que a forma “particular que a divisão sexual do trabalho assume no capitalismo foi mediada e segue sendo por construções ideológicas que, apesar de apresentarem diferentes formas, se assentavam na naturalização: na ideia de atributos naturais” (FERREIRA, 2017, p.38).

Em concordância com o pensamento das autoras, faz-se necessário estabelecer que o processo que vivencia as mulheres no sistema produtivo e reprodutivo faz parte da lógica neoliberal, com políticas sociais integradoras da ordem, resultando em maior agudização da barbárie para a classe trabalhadora, por meio do desemprego estrutural e reforço as expressões da questão social, tais como o racismo e machismo, em sociedade de classe.

IV. CONCLUSÃO

Conforme o exposto infere-se que as transformações ocorridas na relação de trabalho a partir do capitalismo monopolista, reverberou transformações significativas para as condições de vida para classe trabalhadora, principalmente para as mulheres negras que apesar de conquistarem espaço no local de trabalho produtivo, ainda tem obstáculos a serem superado, um deles é justamente o combate o machismo e o racismo.

Com o avanço da globalização e Restruturação produtiva, há uma intensa precarização na relação de trabalho que atinge de forma diferenciada homens e mulheres. No decorrer do trabalho ficou perceptível que a lógica do capital é a acumulação de riqueza, em detrimento da desvalorização do/a trabalhador/a. Neste sentido no local de trabalho, a mulher acaba um mecanismo de exploração, dominação e opressão, resultado da desigualdade de gênero. Ao ser inserida no trabalho, as mulheres são desqualificadas e invizibilizadas, tais atos são embasados por uma ideologia patriarcal, utilizando de argumentos e fatores biológicos, sociais, econômico e político, totalmente naturalizados em uma sociedade patriarcal, classista e racista.

Para tanto, a figura do gênero feminino na sociedade, definido desde a civilização, destinou o lugar público para homens e o privado para a mulher, e inevitavelmente define a as oportunidades e a falta delas para as mulheres, atravessado por uma ideologia de desvalorização e subvalorização, contribuindo para que a inserção da mulher negra se dê em condições precárias e com múltiplas violências.

São diversas as formas de violências que atinge as mulheres em sua objetividade e subjetividade. Dessa maneira, o escopo deste estudo foi buscar problematizar os inúmeros pontos norteadores que perpassam a sociedade capitalista marcada pelas desigualdades sociais, produzidas pela relação contraditória entre capital x trabalho, bem como, trazer as

preocupações, desafios e limites que a lógica capitalista reproduz nos diversos campos da sociabilidade de mulheres, fortalecido por um sistema patriarcal e racista, que desconsidera e naturaliza as inúmeras opressões sofridas por mulheres negras.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. D. S. **Diversidade humana e racismo: notas para um debate radical no serviço social**. Argum. Vitória, v.9, n.1, p. 32-45, jan./abr. 2017.

ALMEIDA, S. L. **Capitalismo e crise: o que o racismo tem a ver com isso?**. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2020/06/23/capitalismo-e-crise-o-que-o-racismo-tem-a-ver-com-isso/>. Acesso em: 11 Ago. 2024.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho? ensaio sobre a metamorfose a centralidade no mundo do trabalho**. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

CARLOTO, Cássia Maria. **Gênero, reestruturação produtiva e trabalho feminino**. Disponível em: https://www.uel.br/revistas/ssrevista/c_v4n2_carlotto.htm. Acesso em: 05 Ago de 2024.

CISNE, Mirla; SILVA, Thais. **Divisão sexual do trabalho, reestruturação produtiva e a marca feminina na profissão do serviço social**. Gênero | Niterói | v. 23 | n.1 | p. 169-186 | 2. 2014

CISNE, Mirla. **Feminismo e consciência de classe no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2014.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo editorial, 2016.

DANIEL, Camila. **O trabalho e a questão de gênero: a participação de mulheres na dinâmica do trabalho**. O Social em Questão - Ano XIV - nº 25/26 – 2011.

EURICO, Marcia; GONÇALVES, Renata; FORNAZIER, Tales. **Racismo e novo pacto da branquitude em tempos de pandemia: desafios para o Serviço Social**. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 140, p. 84-100, jan./abr. 2020

EURICO; Marcia. **A luta contra as explorações/opressões, o debate étnico-racial e o trabalho do assistente social**. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 133, p. 515-529, set./dez. 2018

FERREIRA, Veronica Maria. **Apropriação do tempo de trabalho das mulheres nas políticas de saúde e reprodução social: uma análise de suas tendências**. Recife, 2017. 205 folhas.

GONZALEZ, Lélia. **“Racismo e sexismo na cultura brasileira”**. In: SILVA, L. A. et al. Movimentos sociais urbanos, minorias e outros estudos. Ciências Sociais Hoje, Brasília, ANPOCS n. 2, p. 223-244, 1983.

HIRATA, Helena. **Nova Divisão Sexual do Trabalho? Um olhar voltado para a empresa**

e a sociedade. São Paulo: Boitempo, 2012.

IAMAMOTO, M. V. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social.** 3a Ed. São Paulo: Cortez, 2009.

_____. **O Serviço Social na contemporaneidade.** São Paulo: Cortez, 1998.

LISBOA, Tereza. **Gênero, feminismo e Serviço Social – encontros e desencontros ao longo da história da profissão.** Rev. Katál. Florianópolis v. 13 n. 1 p. 66-75 jan./jun. 2010

MARX, Karl. **Manuscritos econômicos-filosóficos.** São Paulo: Boitempo, 2004.

MIGUEL, L. F. **Violência e política.** *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 30, n. 88, jun. 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.17666/308829-44/2015>. Acesso em: 13 de julho de 2024.

MOREIRA, Tales W. F. **Serviço Social e questão étnico-Racial: Apontamentos históricos do debate na Trajetória da profissão.** *Sociedade em Debate (Pelotas)*, v. 27, n. 1, p. 83-100 jan./abr, 2020.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social.** São Paulo: Cortez, 1992.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO - OIT. **Assédio moral contra mulheres no ambiente de trabalho.** 2014.

SAFFIOTI, H. I. B. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade.** São Paulo: Expressão Popular, 2013.